

**Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.**

**CNPJ: 13.279.118/0001-42**

**ERRATA:** Nas Demonstrações Financeiras de 2015 publicada neste jornal no dia 03/05/2016 onde se lê Francisco Antolin Chica Padilla, leia-se Pablo Villaescusa Gonzalez.

Balancos patrimoniais em 31/12/2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		6.820	6.005
Caixa e equivalentes de caixa		393	326
Concessionárias e permissionárias	8	668	1.071
Contas a receber - ativo financeiro	9	5.457	4.456
Outros ativos		302	152
Não circulante		54.268	49.397
Títulos e valores mobiliários	10	982	-
Contas a receber - ativo financeiro	9	53.227	49.342
Imobilizado		59	55
Total do ativo		61.088	55.402
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		3.066	31.454
Fornecedores	11	398	5.872
Empréstimos e financiamentos	12	1.864	25.126
Impostos e contribuições sociais		100	167
Outras contas a pagar		704	289
Não circulante		26.709	2.241
Empréstimos e financiamentos	12	22.039	-
PIS e COFINS diferidos	13	2.695	2.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.566	-
AFAC		409	-
Patrimônio líquido	15	31.312	21.707
Capital social		36.610	26.000
Prejuízos acumulados		(5.298)	(4.293)
Total do passivo e patrimônio líquido		61.088	55.402

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional. 1.1 Contexto operacional.** A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/12/2010, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160-sí. 323-Parte-Centro/RJ-20.020-080 no Rio de Janeiro. A Cia. tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 16/10/2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a transformação da Cia. de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade Anônima. Em 31/12/2015, a Cia. encontra-se em plena operação. **1.2 Da concessão.** Em 9/12/2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Cia., foi declarada vencedora do Leilão Público ANEEL nº 008/2010 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Cia.. No dia 16/06/2011, a Cia. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, o Contrato de Concessão nº 006/2011 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais. • Instalações de Transmissão compostas pela Subestação Sete Lagoas 4, em 345/138 kV (375MVA), interligação de Barras, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no estado de Minas Gerais. • Os trechos de linhas de transmissão em 345 kV, em circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km cada trecho, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Neves 1-Três Marias 345 kV e a subestação Sete Lagoas 4, as entradas de linha correspondentes na subestação Sete Lagoas 4 e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações e adequações nas entradas de linha das Subestações Neves 1 e Três Marias. Os equipamentos e instalações descritos nos itens acima foram transferidos sem ônus, em 05/05/2015, conforme Termo no. 006/2015 para a CEMIG Geração e Transmissão S.A.-CEMIG-GT, proprietária das citadas linhas de transmissão que foram seccionadas. O total dos custos para estes equipamentos e instalações foi de R\$12,3 milhões. Em 16/11/2011, a ANEEL autorizou a Cia. a implantar reforço na subestação Sete Lagoas 4, conforme especificações a seguir: i. Instalação de um banco de capacitores em derivação de 24,5 Mvar em 138 kV; ii. Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, referente ao banco de capacitores em derivação de 24,5 Mvar em 138 kV; iii. Complementação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de um módulo de infraestrutura de manobra referente ao módulo de conexão para o banco de capacitores de 24,5 Mvar em 138 kV. As instalações de transmissão descritas anteriormente, entraram em operação comercial em junho de 2014. Em 23/06/2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória 1.918, estabeleceu a receita anual atualizada da Cia. em R\$ 5.898 para o período de 1/07/2015 a 30/06/2016. **2 Base de preparação. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações do resultado abrangente não estão sendo apresentadas em virtude de não haver nenhum outro resultado abrangente além do resultado de cada exercício. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28/04/2016. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos.** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos.** A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **a. Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Cia. efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro. **b. Reconhecimento do ativo financeiro.** A Cia. mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Cia. por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF-Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Cia. na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Cia. como o valor residual contábil no término da concessão. A Cia. utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. **c. Determinação das receitas de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção com base nos custos relativos ao serviço de construção prestado e apura-se uma margem de lucro de 1%. Na contabilização da margem de lucro da construção, a Administração da Cia. avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. **d. Receita de operação e manutenção.** As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. **e. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Cia. revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **f. Avaliação de instrumentos financeiros.** A Cia. faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Cia. na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **g. Impostos, contribuições e tributos.** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Cia. constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cia.. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 2. **5 Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis.** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Cia. é como segue: **a. Reconhecimento de receita.** De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1)-Contratos de Concessão e a orientação OCP-05-Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita anual permitida-RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear em cada ciclo anual. As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1)-Contratos de Construção e CPC 30 (R1)-Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência. Com base no exposto anteriormente, a Cia. reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia.. As principais fontes de receita da Cia. estão descritas a seguir: • Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno do investimento e definida no início da concessão; • Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear em cada ciclo anual e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1)-Receitas; e • Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de cons-

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2015	2014
Receita líquida		16 9.981	7.385
Custos operacionais		17 (3.348)	(1.759)
Lucro bruto		6.633	5.626
Despesas administrativas		18 (2.696)	(1.968)
Lucro operacional		3.937	3.658
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras		19 39	105
Despesas financeiras		19 (3.415)	(4.652)
Total do resultado financeiro líquido		19 (3.376)	(4.547)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		561	(889)
Imposto de renda e contribuição social		14 (1.566)	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(1.005)	(889)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Ca-pital social	Adianta-mento para o futuro	Prejuí-zos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2013				
Integralização de capital - AGE 29/12/2014	25.000	1.000	(1.520)	- 24.480
Prejuízo do exercício	-	-	(889)	(889)
Saldos em 31/12/2014	26.000	-	(4.293)	21.707
Integralização de capital - AGE 27/10/2015	10.610	-	-	- 10.610
Prejuízo do exercício	-	-	(1.005)	(1.005)
Saldos em 31/12/2015	36.610	-	(5.298)	31.312

trução e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17 (R1)-Contratos de Construção. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. **c. Receitas e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva. **d. Instrumentos Financeiros.** Durante os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 a Cia. não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. **i. Ativos financeiros não derivativos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** Em 31/12/2015 e 2014 a Cia. possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e recebíveis.** Em 31/12/2015 e 2014 os ativos financeiros da Cia. classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes-ativo financeiro. **e. Redução ao valor recuperável (Impairment). i. Ativos financeiros não derivativos.** São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.** Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. **f. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **g. Títulos e valores mobiliários.** Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. **h. Concessionárias e Permissionárias.** Referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Cia., oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços. **i. Ativo financeiro.** O ativo financeiro decorrente do contrato de concessão é reconhecido quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte indicada para os serviços de construção ou melhoria. Tais ativos são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **j. Tributação e encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Programa de Integração Social-PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%; • Reserva Geral de Reversão-RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica-TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL. • As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Anel nº 504/12. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. **k. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(l) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente.** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido.** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Cia. espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Provisões.** Em 31/12/2015 e 2014 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. **7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas.** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2016. A Cia. não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. • **IFRS 9-Instrumentos financeiros.** • **IFRS-15-Receita de contratos de clientes.** • **Modificações à IAS 16 e IAS 41-Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.** • **Modificações à IAS 16 e IAS 38-Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.** • **Modificações às IFRS-Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014.** • **Modificações à IAS 1-Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **8 Concessionárias e permissionárias**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.005)	(889)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Impostos diferidos	2.020	463
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.977	4.561
Remuneração do ativo financeiro (Aumento) redução nos ativos operacionais:	(7.786)	(6.797)
Contas a receber - ativo financeiro	2.900	1.707
Concessionárias e permissionárias	403	(1.071)
Outros ativos	(149)	(131)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(5.474)	(7.465)
Impostos e contribuições sociais	(67)	(19)
Outras contas a pagar	415	238
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(2.957)	(3.577)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(8.723)	(12.980)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários (Aquisição) de imobilizado	(982)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(986)	4
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos - liberação do BNDES	24.362	-
Empréstimos - pagamento do principal	(25.605)	(10.000)
Pagamento de imposto sobre operações financeiras	-	(195)
Integralização de capital	10.610	25.000
Devolução de AFAC	-	(1.520)
AFAC	409	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	9.776	13.285
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equiv. de caixa	67	309
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	326	17
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	393	326
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equiv. de caixa	67	309

10 Títulos e valores mobiliários-restrito.

Instituição financeira Tipo de aplicação Remuneração 2015 2014

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2015	2014
Banco Itaú BBA	Fundo de investimento	100% CDI	982	-
			982	-

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), mantido em fundo de investimento junto ao Banco Santander, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Cia. deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

11 Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores-materiais e serviços	79	410
Fornecedores-retenções contratuais (a)	77	408
Fornecedores-partes relacionadas (b)	242	5.054
	398	5.872

(a) As retenções contratuais referem-se a montantes retidos conforme definições contratuais entre a Cia. e suas contratadas para execução de serviços durante a fase de construção de suas linhas de transmissão. (b) Para maiores detalhes sobre transação com partes relacionadas, veja nota explicativa 20.

12 Empréstimos e financiamentos

	2014	Capta-ção	Juros	Amorti-zação de juros	Amorti-zação de principal	2015
Itaú (a)	25.126	-	2.223	(2.349)	(25.000)	-
BNDES (b)	-	24.362	754	(608)	(605)	23.903
	25.126	24.362	2.977	(2.957)	(25.605)	23.903

	2015	2014
Circulante	1.864	25.126
Não circulante	22.039	-
	23.903	25.126

(a) Itaú. Contratação, em 28/06/2012, de uma Cédula de Crédito Bancário de R\$25.000 com vencimento em 19/08/2015. Os encargos financeiros são atualizados através da aplicação de 100% da taxa CDI mais 1,60% a.a. a título de juros. Como garantia, a Cia. apresentou a Letter of Guarantee, no valor do limite de crédito, emitida pela acionista Cobra Instalaciones y Servicios S.A. Em 19/08/2015, a Cia. liquidou esse empréstimo. **(b) BNDES.** Refere-se ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito estabelecido com o BNDES em 15/08/2014, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela subestação Sete Lagoas 4 em 345/138 kV e dois trechos de linha de transmissão com aproximadamente 1 Km em 345 kV, todas no estado de Minas Gerais. **Subcrédito A-Principal** de R\$ 18.262 sobre o qual incidem juros de 1,97% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URJTJLP) é capitalizado mensalmente no dia 15 de cada mês da vigência do Contrato e no seu vencimento ou liquidação. A amortização e pagamento de juros serão realizados em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15/12/2014 e a última em 15/11/2028. **Subcrédito B-Principal** de R\$ 6.100 sobre o qual incidem juros de 1,57% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URJTJLP) é capitalizado mensalmente no dia 15 de cada mês da vigência do Contrato e no seu vencimento ou liquidação. A amortização e pagamento de juros serão realizados em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15/12/2014 e a última em 15/11/2028. O financiamento é garantido por: i. Penhor de direito de concessão; ii. Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras Avenças; iii. Direitos creditórios, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previsto no Contrato de Concessão, no CPST-Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão e no CUST- Contrato de Uso do Sistema de Transmissão. iv. Direitos creditórios das seguintes contas: • Conta Centralizadora, na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos. • Conta Reserva, constituída com saldo de 03 vezes o valor da última prestação mensal vencida no serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida, até a liquidação do financiamento. v. Fiança Bancária Itaú Unibanco. Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Cia. deve atender, durante o período de amortização do contrato, os seguintes índices financeiros: • Índice de cobertura da dívida-Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar, adicionado do montante amortizado do principal (superior ou igual a 1,3 vezes). • Índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3. Em 31/12/2015 a Cia. estava em conformidade com as cláusulas contratuais do empréstimo. A exposição da Cia. aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21. **13 PIS e COFINS diferidos.** Referem-se aos encargos de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Cia., na aplicação do ICPC 01 (R1), que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema.

	2015	2014
Não circulante	2.696	2.241
	2.696	2.241

**14 Imposto de renda e contribuição social. Imposto de renda e contribuição social correntes.** Em 31/12/2015 e 2014 a Cia. apresentou prejuízo fiscal, não apurado desta forma despesa com imposto de renda e contribuição social. **Imposto de renda e contribuição social diferidos.** Os saldos de imposto de renda e contribuição social passivo estão sendo apresentados líquidos do ativo.

	2015	2014
Passivo não circulante	415	-
Imposto de renda	1.151	-
Contribuição social	1.566	-

As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31/12/2015 encontram resumida a seguir.

b. Transações comerciais  
Passivo circulante

	2015	2014
São Simão Montagens e Serviços Ltda.	242	5.054
Total	242	5.054

**21 Instrumentos financeiros.** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia.. **21.1 Gerenciamento de riscos.** Visão geral—A Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito. j. Risco de mercado. k. Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco—o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia.. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia.. **a. Riscos de crédito.** É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2015	2014
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	393	326
Títulos e valores mobiliários	982	-
Contas a receber—ativo financeiro	58.684	53.798
	60.059	54.124

• **Títulos e valores mobiliários**—Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Contas a receber—ativo financeiro**—A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia—CCG e ii) Carta de Fiança Bancária—CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Cia., como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **b. Risco de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Risco de taxa de juros—refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2015 e 2014, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Cia. era:

	2015	2014
Instrumentos financeiros por indexador		
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDI	1.283	198

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Cia., conforme demonstrado a seguir: **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável—aplicações financeiras.** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:** Aos Acionistas e Diretores da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A., Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, in-

que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Cia.. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. • Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	1.283	Queda da taxa CDI	141	106	71
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
			11%	8,25%	5,5%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. • Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	23.903	Alta da taxa TJLP	1.315	1.645	1.972
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
TJLP (%)			5,5%	6,88%	8,25%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP estimado de 5,5%, de acordo com a expectativa do mercado. **Risco de inflação**—A receita da Cia. é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de aumento da inflação, a Cia. poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **Risco de captação**—A Cia. poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **c. Riscos operacionais.** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico**—A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Cia., ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Riscos regulatórios**—A Cia. está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia—MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros**—A Cia. contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Cia. adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

## 21.2 Categorias de instrumentos financeiros.

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber—ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis

## Passivos financeiros

Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31/12/2015 e 2014, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **21.3 Classificações contábeis e valores justos.** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • **Caixa equivalentes de caixa**—contas correntes conforme posição dos extratos bancários. • **Títulos e Valores Mobiliários**—aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • **Contas a receber—ativo financeiro**—o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A Cia. adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Cia. foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Cia. utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2015. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • **Empréstimos e financiamentos**—a Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **21.4 Hierarquia do valor justo.** Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo: • **Nível 1**—Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2**—Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3**—Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **22 Gerenciamento do capital.** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **23 Seguros.** A Cia. adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. A Cia. possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão. A cobertura de seguros da Cia. está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Importância segurada
Subestação Sidrolândia ROD. BR 060, COMPLEMENTO: KM 413, CHACARA SOL NASCENTE—ZONA RURAL—SI-DROLANDIA—MS	Responsabilidade civil	30/06/2016	4.935
Subestação Sidrolândia—MS	Riscos nomeados	30/06/2016	16.215

**Francisco Antolin Chica Padilla—Diretor; Alfonso Brunner Beamud—Diretor  
Claudino Luis Pita de Oliveira—Contador—CRC-RJ 106265/0-8**

dependentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos.** **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior.** Os balanços patrimoniais em 31/12/2014 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31/12/2014 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 25/08/2015, sem modificação. RJ, 28/04/2016.